

Congresso prepara alternativas

JORNAL DO BRASIL

Gilberto Alves — 22/11/88

Chico Mendonça

BRASÍLIA — O Congresso Nacional prepara um leque de alternativas para tornar mais flexível a execução do magro Orçamento da União de 1990. Dentre as opções estudadas está a possibilidade de se aprovar um orçamento somente para os quatro ou cinco primeiros meses do ano. O próximo presidente da República assumiria, portanto, com a responsabilidade de organizar as receitas e despesas para o restante do ano. Teria ainda a chance de trabalhar com suas próprias prioridades e o Legislativo se veria livre de um grande problema: resolver o que fazer com mais de dez mil emendas.

“O próximo presidente terá que entrar fundo nos problemas brasileiros e o orçamento sofrerá, então, um profundo abalo bem antes de julho” (31 de julho, data para que seja enviado ao Congresso o projeto de revisão orçamentária, como prevê a lei), antecipa o presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA). A proposta ainda está restrita à cúpula da comissão, mas a convicção é de que será recebida com alívio por seus integrantes.

Raquitico — A idéia surgiu no início do mês, quando Carvalho pediu à sua assessoria e ao deputado César Maia (PDT-RJ) sugestões para tornar o orçamento mais flexível. Evoluiu depois para a proposta de uma lei orçamentária válida somente para os primeiros meses do ano, embora não se tenha feito ainda uma opção entre os dois caminhos. O ponto de partida foi a

constatação de que não havia solução política possível para votação de um orçamento raquitico, analisado em meio às pressões da campanha eleitoral e elaborado por um governo em final de mandato, completamente desarticulado. “Dai eu entender, como presidente da comissão, que o próximo presidente da República, eleito com mais de 60 milhões de votos, vai ter a responsabilidade de propor uma revisão orçamentária e definir como a máquina vai funcionar”, argumenta Carvalho.

Além de facilitar a vida do eleito, a decisão resolve um problema político interno da comissão que tenderia a se agravar significativamente na próxima reunião de seus integrantes - marcada para o dia 21. Já serão conhecidos, então, os dois candidatos credenciados para o segundo turno do dia 17 de dezembro e a comissão estará irremediavelmente dividida ao meio - entre “moderados e jacobinos” (os ativistas mais radicais da Revolução Francesa), como prefere qualificar o deputado Israel Pinheiro (PMDB-MG). A briga pelos recursos orçamentários, sem dúvida, teria lances espetaculares, principalmente porque o dinheiro é extremamente escasso. As emendas propondo remanejamento das receitas ultrapassaram a casa das dez mil.

Como fazer - Quando a idéia surgiu, o que se pensava era apenas flexibilizar a execução orçamentária. A assessoria da comissão e César Maia propuseram três alternativas - todas procurando aumentar os recursos da receita para distribuí-los conforme indicação do Congresso. A primeira, da assessoria, indicava o caminho do au-



Carvalho: ‘Orçamento sofrerá abalo antes de julho’

mento do redutor. A lei orçamentária prevê que o conjunto dos recursos disponíveis será corrigido pela inflação (IPC) observada mensalmente ou pela evolução da receita no mesmo período - o que for menor - observando o limite de 90% do índice utilizado (até o mês de julho). No segundo semestre, o redutor será reduzido gradualmente até que se chegue a uma correção de 100%. A idéia, portanto, seria passar o redutor para algo acima de 10% (corrigir os valores por um percentual inferior a 90% do índice escolhido), de tal forma que sobrariam mais recursos para a revisão orçamentária, aumentando a

margem de manobra sobre o orçamento.

A segunda alternativa, de autoria de Maia, parte da previsão de que a inflação vai cair no próximo governo. Com isso, a arrecadação cresce - há menor perda no período compreendido entre o fato gerador do imposto e seu recolhimento. A correção do orçamento seria feita, então, pelo IPC, aumentando as sobras. O Congresso criaria um anexo (uma reserva) para onde elas iriam e definiria, desde já, onde este dinheiro deveria ser empregado.

A última proposta, também de

Maia, aponta para a criação de algum instrumento redutor de despesa. Sua aplicação mais eficiente seria no serviço da dívida pública que representa 45,86% (NCz\$ 218,46 milhões) das despesas do atual orçamento. Se o próximo governo conseguir reduzir o volume desse gasto, alongando os prazos de vencimento dos títulos, por exemplo, poderá utilizar as sobras orçamentadas em outras despesas, também previamente indicadas pelo Legislativo. Qualquer uma das três fórmulas garantiria a alocação de recursos para as emendas dos parlamentares aprovadas na comissão, dando fim ao problema político interno e, presumivelmente, harmonizando os desejos do Legislativo com as necessidades do novo Executivo.

Estradas — Um bom exemplo desse possível casamento de interesses é o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). O órgão reivindicou NCz\$ 2,2 bilhões para investimentos, dos quais NCz\$ 1,5 bilhão para restauração e conservação da malha rodoviária. Recebeu apenas NCz\$ 500 milhões, quantia mais que insuficiente para melhorar o estado calamitoso em que se encontram as estradas por todo o país, garante o relator setorial, deputado José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE).

Grande parte das emendas apresentadas são destinadas exatamente à malha rodoviária, atendendo aos interesses de eleitores que ano que vem vão definir a nova composição do Congresso Nacional. Nesse caso, portanto, uma urgência a ser encarada pelo próximo presidente anda de mãos dadas com os interesses dos parlamentares.